

À Reunião de Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal


António Almor Branco

PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

III RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PSF

dezembro 2014



Índice

1. Introdução.....	3
2. O Empréstimo	4
3. Medidas do Plano de Saneamento Financeiro.....	4
4. Execução da Receita.....	16
5. Execução da Despesa	17
6. Endividamento	20
Conclusão	22

1. Introdução

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais - Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro que vigora desde janeiro de 2014, revogou a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro e o Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 120/2012 de 19 de junho, introduzindo alterações às normas que se aplicavam aos municípios em situação de saneamento financeiro. No entanto, o artigo 86.º da Lei n.º 73/2013 determina que *para os contratos de saneamento e reequilíbrio existentes à data de entrada em vigor da presente lei, bem como para os planos de ajustamento previstos na Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, aplicam-se as disposições constantes da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, e do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 120/2012, de 19 de junho.*

O Tribunal de Contas visou em março de 2013 os contratos de empréstimos para saneamento financeiro com o respetivo Plano integrador das medidas que objetivam a recuperação financeira do Município, pelo que considerando a exceção prevista na lei n.º 73/2013 referida anteriormente, apresenta-se o terceiro relatório semestral elaborado de acordo com a Lei n.º 2/2007 e do Decreto-Lei n.º 38/2008, com as alterações que lhe foram efetuadas pelo Decreto-Lei n.º 120/2012, de 19 de junho.

Considerando que a elaboração do presente relatório coincide com a preparação da Prestação de Contas relativa ao exercício económico de 2014, estando nesta fase em curso os movimentos contabilísticos necessários à conclusão dos mapas financeiros, nomeadamente o balanço e demonstração de resultados, remete-se a análise patrimonial, através da comparação com os valores previstos no PSF, para o relatório anual que acompanha a Prestação de Contas, conforme disposto no n.º 7 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007.

Ao presente relatório deverá ser dada continuidade nos seguintes termos:

- **Enviar aos membros do Governo** responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, conforme estipulado no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 38/2008 de 7 de março;
- **Remeter à Assembleia Municipal** para apreciação, nos termos do artigo 40.º da LFL;
- **Enviar à Direção Geral das Autarquias Locais;**
- **Publicar no sítio da Internet do Município**, após apreciação do Órgão Deliberativo, em cumprimento do artigo 49.º da LFL.

2. O Empréstimo

O PSF agrega um conjunto de medidas que visam a recuperação da sustentabilidade e equilíbrio financeiro do Município, onde se integra o empréstimo de saneamento financeiro no valor de 7.600.000,00 €, como forma de consolidar passivos financeiros vencidos, substituindo dívida comercial por dívida financeira. O financiamento desta operação foi contratualizado com duas instituições bancárias, Caixa Geral de Depósitos (CGD), no montante de 5.200.000,00 € e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCA), no valor de 2.400.000,00 €.

3. Medidas do Plano de Saneamento Financeiro

De acordo com o n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, o Plano de Saneamento Financeiro integra 24 medidas que visam a recuperação da sustentabilidade financeira do Município. As medidas agregam-se em três eixos de atuação: eficiência organizacional (medidas 1 a 7); economia e redução da despesa (medidas 8 a 15); aumento da receita (medidas 16 a 23); e por último a medida 24 inerente ao empréstimo de saneamento financeiro.

Como forma de avaliar o correspondente grau de implementação, o quadro que a seguir se apresenta sintetiza as medidas do Plano, comparando as metas estipuladas para o ano de 2014 com o efetivamente concretizado no mesmo ano.

Descrição das Medidas	Previsão no PSF	Concretização
I - Eficiência Organizacional		
<p>1 - Reorganização dos serviços municipais, com especial enfoque na eficiência e eficácia organizacional operando uma efetiva segregação de competências instrumentais e operativas. Redução de 15% do n.º de unidades orgânicas e respetivos dirigentes.</p>	<p>Reduzir duas unidades orgânicas dotadas.</p>	<p>A reorganização dos serviços foi promovida de acordo com a Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, através da adequação da estrutura orgânica municipal, sendo que a nova estrutura contempla apenas uma unidade orgânica nuclear (departamento), quatro unidades orgânicas flexíveis (divisões) e uma unidade orgânica de 3.º grau, o que, a nível de estrutura, corresponde a uma redução de cinco unidades orgânicas. Relativamente à sua ocupação, encontra-se provido o lugar de diretor de departamento e seis lugares de chefe de divisão, sendo que dois correspondem a divisões da antiga estrutura orgânica que serão extintos no final das respetivas comissões de serviço, a ocorrer durante o ano de 2015. Neste sentido foram reduzidas três unidades orgânicas que se encontravam dotadas.</p> <p>Ainda no âmbito da reorganização dos serviços municipais, foram criadas a Área Funcional de Recursos Financeiros, a Área Funcional de Recursos Humanos, a Área Funcional de Recursos Físicos e a Área Funcional de Comunicação, esta alteração na estrutura orgânica teve como objetivo colmatar a redução das unidades orgânicas flexíveis, contribuindo para a eficiência e eficácia organizacional e para uma melhoria no desempenho dos serviços municipais. Salienta-se no entanto que, esta medida não acarretou um aumento das despesas com pessoal.</p>

<p>2 - Reorganização do grupo municipal (por extinção ou cisão de entidades), reapreciação das participações financeiras.</p>	<p>SMAM – extinção por fusão no Município de Mirandela; Mirandela XXI – extinção da parceria Público-privada; A.I.N. - reduzir o passivo da empresa e operacionalizar a sua sustentabilidade; M.L.M. - manter a exploração do serviço até à conclusão da barragem do Tua, passando depois a responsabilidade do Metro para Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua.</p>	<p>Em janeiro de 2012 foi efetuada a fusão dos SMAM.</p> <p>Em abril de 2012, a Câmara Municipal deliberou aprovar a extinção da parceria público-privada Mirandela XXI.</p> <p>Relativamente ao passivo da AIN, não foram ainda disponibilizados dados, pelo que será objeto de análise no relatório que acompanha a Prestação de Contas.</p>
<p>3 - Implementação, no biénio 2012/2013, das Funções Planeamento, Aprovisionamento (concentração da Função Compras numa unidade instrumental), Auditoria Interna e Controlo de Gestão.</p>	<p>Agregar numa unidade orgânica instrumental as empreitadas de obras públicas e as aquisições de bens e serviços; Planeamento das ações por administração direta; Implementação da função auditoria interna e controlo de gestão.</p>	<p>Foi criada no final do ano de 2013, a Área Funcional de Recursos Físicos, onde se encontram centralizados todos os procedimentos de aquisição de bens e serviços, obras por administração direta e empreitadas.</p> <p>Conjuntamente, o Gabinete Jurídico e de Auditoria Interna com a Equipa da Qualidade têm realizado auditorias internas aos serviços municipais, destacando-se que o Processo de Certificação da Qualidade tem garantido a eficiência dos procedimentos internos.</p>

<p>4 - Reforçar, no biénio 2012/2013, a simplificação de políticas e procedimentos, quer pela eliminação de redundâncias quer pela avaliação dos mesmos, combatendo atuações burocráticas e circuitos de decisão complexos, reduzindo os custos de contexto internos e encurtando os prazos de resposta aos municípios.</p>	<p>1) Informatização de circuitos por processos; 2) Processo de certificação da qualidade; 3) Prestação de serviços numa ótica multicanal.</p>	<p>1) Sistema sigmaflow implementado; 2) Todos os serviços estão certificados, tendo sido realizada uma auditoria externa de acompanhamento em dezembro de 2014, cujo resultado foi a manutenção da certificação do Município; 3) Foi criada e está activa e em funcionamento uma plataforma intitulada "Tua Câmara" para prestação de serviços on-line. 4) Iniciou-se em 2014 a implementação dos Mini-GAM's em Torre de D. Chama, Frechas e Avidagos.</p>
<p>5 - Implementação do sistema de Contabilidade Analítica.</p>	<p>Submeter à apreciação superior a proposta de arquitetura organizacional de suporte à implementação e manutenção da função contabilidade analítica; Apresentar a moldura concetual da tabela de centro de custos e de investimento.</p>	<p>O processo de implementação da contabilidade de custos arrancou em janeiro de 2014, verificando-se que durante o ano todos os serviços que desempenham atividades, procederam ao preenchimento das fichas de atividades através da aplicação informática, enumerando todos os custos necessários para o desenvolvimento das suas tarefas, quer sejam humanos, de materiais, ou equipamentos, o que, para além de permitir uma avaliação das atividades municipais, fornece informação necessária e útil para a tomada de decisões e definição da estratégia política do Executivo Municipal.</p> <p>Salienta-se que a implementação da contabilidade de custos é um processo complexo, pelo que no final deste primeiro ano não estará implementada na sua plenitude. A prestação de contas relativa a 2014 incluirá pela primeira vez os mapas obrigatórios relativos à contabilidade de custos.</p>

<p>6 - Implementação de um orçamento por atividades de base zero (não incremental) em 2012 (aplicável a 2013), caso se encontrem reunidas as condições mínimas necessárias à sua implementação.</p>	<p>Implementar em 2013 caso se encontrem reunidas condições.</p>	<p>Medida não implementada.</p>
<p>7 - Implementar a regra orçamental de que as receitas de capital, inerentes à alienação de bens de investimento, só deverão concorrer para o financiamento de despesas de investimento quando exista uma forte presunção da sua concretização.</p>	<p>Aproximar o grau de execução do orçamento da receita e da despesa, condicionando a execução da despesa ao orçamento da receita.</p>	<p>A taxa de execução do orçamento da receita foi de 60,50%, enquanto que o orçamento da despesa foi executado em 61,65%, comparativamente ao exercício anterior verificou-se uma diminuição explicada pela utilização do empréstimo de saneamento financeiro no montante de 7.600.00,00 €, que influenciou a taxa de execução do orçamento da receita e da despesa.</p>
<p>II - Economia, redução da despesa</p>		
<p>8 - Redução e racionalização de despesas de funcionamento, com definição de tetos para as despesas em outsourcing, com projetos, estudos, pareceres e consultadoria.</p>	<p>Valor limite de despesa para 2014 – 48.735,00 €.</p>	<p>O valor executado em 2014 foi de 2.762,58 €, o que relativamente ao valor previsto no Estudo, representa um decréscimo de 45.972,42 €. A despesa incorrida em 2014 corresponde à avaliação técnica referente ao deslizamento de terras ocorrido num loteamento local objeto de sentença judicial.</p>
<p>9 - Redução e racionalização de despesas de funcionamento através da agregação de necessidades operada pelo agrupamento de entidades adjudicantes.</p>	<p>Identificar os bens e serviços passíveis de agregação e propor à AMTQT e CIM-TTM a concretização dos procedimentos concursais.</p>	<p>No que respeita a esta medida foi promovido pela AMTQT um Concurso Público Internacional para o Fornecimento de Energia Eléctrica para as instalações alimentadas em MT, BTE e BTN (onde se inclui a Iluminação Pública) de que resulta uma substancial redução de meios e custos; Foi também promovido um procedimento de concurso de contratação conjunta das aplicações e servidores informáticos reduzindo os valores contratualizados de forma individual pelas autarquias e diminuindo o encargo bruto por número</p>

		<p>de utilizador registado, tendo ainda sido contratado o desenvolvimento das plataformas de acesso aos portais de internet dos cinco municípios da Terra Quente Transmontana.</p> <p>No âmbito da centralização e virtualização de sistemas no “<i>data center</i>” da AMTQT foi promovida a contratação de serviços de internet e dados à REFER TELECOM reduzindo de forma substancial estes encargos nos municípios associados da AMTQT, sendo ainda de salientar a aquisição de serviços de higiene, medicina e segurança no trabalho e de um plano de formação formação para os trabalhadores do Município.</p>																				
<p>10 - Redução e racionalização de auto-consumos Municipais.</p>	<p>Redução de 10% da despesa com comunicações móveis e fixas, combustível, gás, e energia elétrica (com referência a 2012)</p>	<p>Conforme se pode observar pela tabela infra, a despesa de auto-consumos tem vindo a diminuir ao longo dos últimos três anos</p> <table border="1" data-bbox="1317 847 1995 1058"> <thead> <tr> <th></th> <th>2012</th> <th>2013</th> <th>2014</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Combustíveis</td> <td>209.555,45</td> <td>196.071,85</td> <td>177.926,21</td> </tr> <tr> <td>Comunicações</td> <td>209.768,63</td> <td>207.767,19</td> <td>171.008,38</td> </tr> <tr> <td>Encargos instalações</td> <td>742.240,91</td> <td>702.202,98</td> <td>739.184,80</td> </tr> <tr> <td></td> <td>1.161.564,99</td> <td>1.106.042,02</td> <td>1.088.119,39</td> </tr> </tbody> </table> <p>A redução registada desde o ano de 2012 foi superior a 73.000,00 €, ou seja ligeiramente inferior aos 10% estipulados no PSF, no entanto para além dos aumentos de tarifas que se têm verificado, nomeadamente nos consumos de eletricidade e gás, salienta-se que o Município assumiu desde finais de 2012 os encargos de funcionamento da Escola de Hotelaria e Turismo de Mirandela.</p>		2012	2013	2014	Combustíveis	209.555,45	196.071,85	177.926,21	Comunicações	209.768,63	207.767,19	171.008,38	Encargos instalações	742.240,91	702.202,98	739.184,80		1.161.564,99	1.106.042,02	1.088.119,39
	2012	2013	2014																			
Combustíveis	209.555,45	196.071,85	177.926,21																			
Comunicações	209.768,63	207.767,19	171.008,38																			
Encargos instalações	742.240,91	702.202,98	739.184,80																			
	1.161.564,99	1.106.042,02	1.088.119,39																			

<p>11 - Implementação do Plano de Eficiência Energética da Iluminação Pública.</p>	<p>Valor limite para 2014 - 710.220,00 €.</p>	<p>O montante despendido em 2014 com iluminação pública foi de 686.308,36 €, representando um decréscimo de 28.840,41 € relativamente ao exercício económico anterior. Esta diferença não traduz a real diminuição do consumo, pois com o mercado liberalizado houve um aumento das tarifas. Para além de ter diminuído o valor gasto relativamente ao ano anterior, o Município conseguiu cumprir a medida do PSF ficando abaixo do valor previsto para esta despesa.</p>
<p>12 - Decréscimo dos subsídios e transferências em numerário atribuídos a terceiros até ao ano 2017, mantendo-se congelados a partir de 2018.</p>	<p>Valor limite de transferências correntes, de capital e subsídios para 2014 - 2.713.006,00 €</p>	<p>Despesa paga em 2014:</p> <p>04 Transf. Correntes – 942.102,84 €, sendo que deste montante 336.351,07 € correspondem a transferências para a AMTQT, 546.425,33 € a transferências para diversas instituições sem fins lucrativos, 34.576,44 € correspondem a pequenos apoios atribuídos a diversas famílias carenciadas e 24.750,00 € foram transferidos para juntas de freguesia.</p> <p>05 Subsídios – 230.892,39 €, este valor foi despendido com programas ocupacionais promovidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional - -EFP, salientando-se que estas bolsas são financiadas a 80%.</p> <p>08 Transf. de Capital – 739.084,50 €, dos quais 387.036,21 € respeitam a transferências para as instituições sem fins lucrativos do concelho, 110.633,00 € correspondem a transferências efetuadas para diversas freguesias, 86.686,84 € foram transferidos para a AMTQT, e 7.250,80 € para famílias carenciadas.</p>

<p>13 - Optimização do desempenho da frota e da função transportes no Município, através da otimização dos recursos, racionalização de custos de manutenção preventiva e corretiva.</p>	<p>Implementação de uma política de execução e manutenção preventiva e corretiva (sempre que possível) por administração direta; Substituição de veículos antigos e obsoletos e centralização do acesso às viaturas, criando uma dinâmica de eficiência e rentabilidade.</p>	<p>A aquisição da aplicação informática <i>MAQ – Máquinas e Viaturas</i>, que entrou em funcionamento em janeiro de 2014, teve como principal objectivo aumentar o rigor na gestão da frota automóvel. Este instrumento de trabalho, que regista todos os custos inerentes a cada viatura, desde consumos de combustíveis, reparações, seguros, inspeções e amortizações, de forma a aferir os custos totais por viatura da frota municipal, permite uma avaliação operacional.</p>
<p>14 - Redução do número de colaboradores no Município, através da não entrada de novos colaboradores para compensar as saídas para aposentação ou outra forma de desvinculação.</p>	<p>Redução de quatro colaboradores durante o ano de 2014, originando uma poupança anual de 45.080,00 €.</p>	<p>Durante o ano de 2014 verificou-se uma redução de 78 trabalhadores, dos quais 15 por aposentação, um por mobilidade, um por licença sem remuneração, um por falecimento e 60 por cessação do protocolo com o Ministério da Educação. No entanto, neste último caso, não se pode considerar que estejamos perante uma situação de poupança por desvinculação de pessoal pois estas remunerações eram suportadas pelo Ministério da Educação.</p> <p>Estas desvinculações representam uma poupança anual superior ao valor previsto no PSF. Ao longo do presente relatório será apresentado um mapa elucidativo da redução de pessoal ocorrida em 2014.</p>

<p>15 - Redução do nível de despesa nas rubricas de horas extraordinárias e ajudas de custo em 5% em 2011 e 2,5% nos anos seguintes.</p>	<p>Ajudas de custo – 36.777,37 €; Horas extraordinárias – 35.954,68 €.</p>	<p>Valor pago em 2014: Ajudas de custo – 17.418,20 €, dos quais 4.840,80 € correspondem a ajudas de custo pagas aos membros da Assembleia Municipal referentes a sessões realizadas em 2013, e 12.577,40 € respeitam a ajudas de custo pagas aos trabalhadores da Câmara Municipal. No exercício de 2013 o valor gasto com este tipo de despesa foi de 24.857,72 €, correspondendo o montante de 14.337,67 € a despesa da Assembleia Municipal; Horas extraordinárias – 49.438,87 €, este valor é superior ao previsto no PSF. No entanto no cômputo das despesas incluídas nesta medida, verifica-se uma poupança de 5.874,98 €.</p>
<p>III - Aumento da receita</p>		
<p>16 - Elaborar um plano de rentabilização do património Municipal.</p>	<p>515.000,00 € de receita anual.</p>	<p>Nada a reportar no período em análise.</p>
<p>17 - Aumento da eficiência e eficácia da liquidação e cobrança de receitas.</p>	<p>- Impostos indiretos - 98.175,00 €; - Taxas - 493.185,00 €</p>	<p>Valor cobrado em 2014: Impostos Indiretos – 174.321,35 €, existindo um valor de receita por cobrar no final do período de 1.174.707,42 €. Salienta-se que o valor cobrado no ano de 2013 foi de 49.730,77 €, o que representa um significativo aumento do valor arrecadado; Taxas – 757.222,70 €, considerando o valor projetado no PSF (493.185,00 €), verifica-se que a receita proveniente de taxas e licenças arrecadada durante o ano de 2014, ultrapassou amplamente o valor previsto.</p>

<p>18 - Revisão das taxas municipais suportada em fundamentação económico-financeira aproximando-as progressivamente do custo da atividade pública local.</p>	<p>Revisão da tabela de taxas e adaptação ao Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril.</p>	<p>Medida implementada. O Regulamento de Taxas do Município de Mirandela que integra a Tabela de Taxas e a respetiva fundamentação económico financeira entrou em vigor no dia 17 de março de 2014.</p>
<p>19 - Implementação do regulamento do estacionamento tarifado de curta duração.</p>	<p>Receita anual estimada 144.768,00 €.</p>	<p>Concluída a empreitada que engloba a implementação de estacionamento tarifado, designadamente "Recuperação e Qualificação Urbanística da Rua e Avenida das Amoreiras e Avenida dos Bombeiros Voluntários", foi implementado, no último trimestre de 2014, o estacionamento tarifado nesta zona de intervenção cuja receita arrecadada foi de 18.337,07 €. No final do ano iniciou-se um procedimento de aquisição de parquímetros para implementação de estacionamento tarifado noutras zonas da cidade.</p>
<p>20 - Liquidação retroativa (2007 a 2011) das taxas devidas pela ocupação de espaços e liquidação recorrente a partir do exercício de 2012 e seguintes.</p>	<p>750.000,00 em 2011 (retroativamente) e 500.000,00 em 2012 e seguintes.</p>	<p>Valor liquidado em 2011 - 806.335,00 €; Valor liquidado em 2012 - 203.452,00 €; Valor liquidado em 2013 - 203.452,00 €. Em 2014 foi liquidado o montante de 158.578,00 €.</p>
<p>21 - Reestruturação da matriz tributária.</p>	<p>Plano de revisão da matriz tributária.</p>	<p>Nada a reportar no período em análise.</p>
<p>22 - Fixação das taxas do IMI para 2011 em 0,3 % para os prédios urbanos já avaliados nos termos do Código do IMI e em 0,6% para os restantes prédios urbanos. Manutenção da taxa de 0,8% para os prédios rústicos.</p>	<p>Valor a cobrar em 2014 - 1.592.890,00 €.</p>	<p>As taxas de IMI cuja receita foi arrecadada em 2014 são as estipuladas no PSF, tendo sido cobrado o montante de 2.007.679,94 €, o que relativamente ao valor previsto no PSF representa um acréscimo superior a 400.000,00 €.</p> <p>No final de 2014, foi deliberado o aumento da taxa para prédios urbanos avaliados nos termos do código do IMI para 0,4 %.</p>

<p>23 - Revisão dos preços municipais (abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos) suportada em fundamentação económico-financeira aproximando-os progressivamente do preço de sustentabilidade.</p>	<p>Revisão dos preços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos.</p> <p>Receita estimada para 2014:</p> <ul style="list-style-type: none">• Abastecimento de água: 2.445.912,06 €;• Saneamento: 737.891,70 €;• Resíduos sólidos: 558.700,06 €.	<p>Considerando a necessidade de compilar e de se proceder a uma atualização geral dos preços a praticar relativos a serviços prestados e a bens fornecidos pelo Município, considerando ainda que o valor dos preços a cobrar, não deve ser inferior aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação dos respetivos serviços e com o fornecimento dos bens, a 30 de junho de 2014 foi aprovada a nova Tabela de Preços, pelo que os novos preços apenas vigoraram no 2.º semestre de 2014, motivo pelo qual a receita arrecadada foi inferior ao valor estimado no PSF. De acordo com o valor efetivamente cobrado, verificou-se um desvio de 1.066.712,77 €, no entanto o valor de receita por cobrar no final do ano era de 717.625,19 €, no sentido de se efetivar a cobrança destas receitas procedeu-se à aquisição de uma aplicação informática para gestão de processos de cobrança coerciva a iniciar no ano de 2015.</p>
---	---	---

❖ Síntese da implementação das medidas previstas no PSF

Considerando o conjunto de medidas a que o Município de Mirandela se propôs implementar e/ou cumprir, objetivando a recuperação da sua sustentabilidade financeira, constata-se que no final do segundo ano de implementação do PSF, apresenta-se uma tendência clara de cumprimento das metas estipuladas. O Quadro que a seguir se apresenta quantifica a implementação das medidas na sua globalidade:

Medida	V. Previsto	Executado	Desvio
Despesa			
8	48.735,00 €	2.762,58 €	45.972,42 €
10	1.050.960,00 €	1.088.119,00 €	-37.159,00 €
11	710.220,00 €	686.308,36 €	23.911,64 €
12	2.713.006,00 €	1.777.189,94 €	935.816,06 €
14	45.080,00 €	59.728,40 €	14.648,40 €
15	72.732,05 €	66.857,07 €	5.874,98 €
Receita			
17	591.360,00 €	931.544,05 €	340.184,05 €
19	144.768,00 €	18.337,07 €	-126.430,93 €
20	500.000,00 €	158.578,00 €	-341.422,00 €
22	1.592.890,00 €	2.007.679,94 €	414.789,94 €
23	3.742.503,82 €	2.675.791,05 €	-1.066.712,77 €

Pela análise do Quadro apresentado conclui-se que, apesar de existirem medidas com uma forte expressão financeira cuja implementação não se afigure no curto prazo, existem medidas que têm superado o valor previsto no PSF, as quais têm permitido alcançar um saldo positivo na concretização geral dos objetivos traçados, pois os desvios positivos totalizam 1.781.197,49 €, enquanto que os défices de implementação somam 1.571.724,70 €.

No entanto, como forma de não inviabilizar o cumprimento futuro do PSF, o Município comprometeu-se no final do ano de 2014 a adotar medidas compensatórias de forma a suprir os desvios negativos verificados. As medidas adotadas foram o aumento da taxa de IMI, a diminuição dos subsídios e transferências atribuídos a terceiros e a implementação do sistema de cobrança coerciva, a título exemplificativo o montante de receita por cobrar no final de 2014 respeitante a faturação de água era superior a 700.000,00 €. Considerando que a medida n.º 23,

que respeita à receita de abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos, apresenta um desvio negativo superior a 1.000.000,00 €, a recuperação destas dívidas dos consumidores torna-se imperativa para a Autarquia.

4. Execução da Receita

Seguidamente apresenta-se a análise da receita através da comparação entre o valor expectável para o ano de 2014 com o valor efectivamente executado.

Descrição	Previsão PSF	Execução	Variação
Receita			
Receita Corrente	17.518.835,11	17.770.969,51	-252.134,40
01 - Impostos diretos	2.457.970,37	2.742.878,40	-284.908
02 - Impostos indiretos	79.301,20	174.321,35	-95.020
04 - Taxas, multas e outras penalidades	346.457,93	253.135,94	93.322
05 - Rendimentos de propriedade	853.188,80	1.392.238,87	-539.050
06 - Transferências correntes	10.302.282,00	9.893.748,98	408.533
07 - Venda de bens e serviços correntes	3.346.166,30	3.248.419,65	97.747
08 - Outras receitas correntes	133.468,51	66.226,32	67.242
Receita de Capital	6.937.116,51	4.106.332,47	2.830.784,04
09 - Venda de bens de investimento	515.000,00	17.638,30	497.362
10 - Transferências de capital	6.421.955,03	4.080.060,66	2.341.894
12 - Passivos Financeiros	0,00	0,00	0
13 - Outras receitas de capital	161,48	8633,51	-8.472
Outras Receitas	30,00	254,25	-224,25
Receita Orçamental Total	24.455.981,62	21.877.556,23	2.578.425,39
Receita Operações de Tesouraria	1.166.490,34	1.366.046,60	-199.556,26

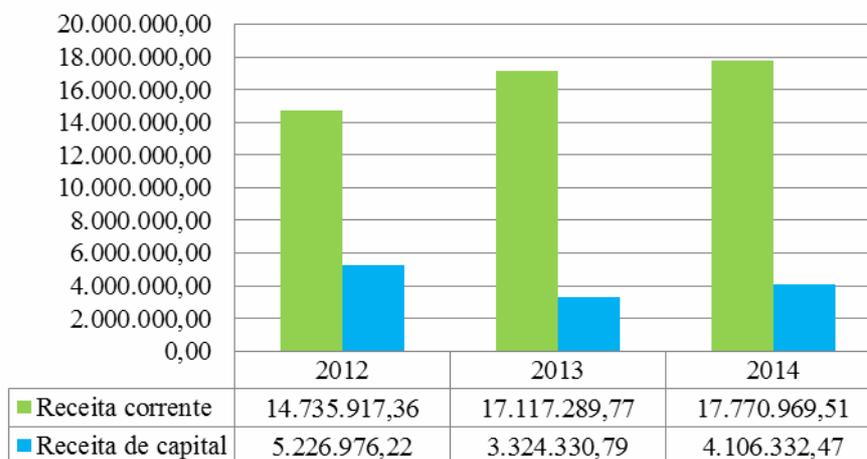
Conforme se pode verificar pela análise do quadro apresentado, a receita corrente arrecada no exercício económico de 2014 ultrapassou a receita prevista no PSF, o mesmo não se verificou com a receita de capital. Os rendimentos de propriedade que respeitam essencialmente às rendas de bens de domínio público, foram o grupo de receitas que mais se destacaram, seguidos dos impostos diretos. As transferências de capital juntamente com a venda de bens de investimento representam as receitas com maior desvio relativamente ao previsto no Estudo, para o qual

contribui largamente a não implementação da medida n.º 16 que respeita à alienação de bens de investimento no valor anual de 515.000,00 €.

O gráfico que a seguir se apresenta, é elucidativo da evolução da receita nos últimos três anos, como se pode verificar, o Município tem desenvolvido esforços no sentido de aumentar a receita arrecada, que, considerando a atualização do valor das taxas e preços realizada durante o ano de 2014, tende a aumentar. De salientar que, para efeito de elaboração do gráfico não foi considerada a receita do empréstimo de saneamento financeiro no montante de 7.600.000,00 €.

De realçar que nos últimos dois anos, verificou-se uma alteração na composição do Fundo de Equilíbrio Financeiro - FEF, em 2012 a parte respeitante à receita corrente era de 60% do valor total do FEF, passando desde 2013 para 80%, o que explica a discrepância de valores relativamente ao ano de 2012.

Evolução da Receita



5. Execução da Despesa

No que respeita à despesa verifica-se que houve uma redução superior a 2.500.000,00 €, relativamente ao valor previsto no PSF, devido à forte política de contenção de despesa operada pela Município. O Quadro que a seguir se apresenta estabelece a comparação entre os valores previstos no Estudo e os valores executados no ano de 2014.

Descrição	Previsão PSF	Execução	Variação
Despesa			
Despesa Corrente	16.561.390,73	15.168.166,19	1.393.224,54
01 - Despesas com pessoal	6.400.361,43	6.382.566,56	17.794,87
02 - Aquisição de bens e serviços	6.955.668,64	6.611.142,66	344.525,98
03 - Juros e outros encargos	717.782,26	925.110,09	-207.327,83
04 - Transferências correntes	2.266.736,25	942.102,84	1.324.633,41
05 - Subsídios	138.107,38	230.892,39	-92.785,01
06 - Outras despesas correntes	82.734,77	76.351,65	6.383,12
Despesa de Capital	7.877.968,25	6.760.241,74	1.117.726,51
07 - Aquisição de bens de capital	5.862.156,50	4.575.594,30	1.286.562,20
08 - Transferências de capital	906.276,61	739.084,50	167.192,11
09 - Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00
10 - Passivos financeiros	1.109.535,14	1.445.562,94	-336.027,80
11 - Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00
Despesa Orçamental Total	24.439.358,98	21.928.407,93	2.510.951,05
Despesa Operações de Tesouraria	672.179,55	1.510.855,86	-838.676,31

Conforme se pode verificar, todas as despesas foram inferiores ao valor previsto, à exceção do grupo relativo ao serviço da dívida e aos programas ocupacionais promovidos pelo IEFP, no entanto neste último caso esta despesa é financiada numa percentagem de 80%.

A despesa com o pessoal afeto ao serviço da Autarquia diminuiu cerca de 350.000,00 € relativamente ao exercício de 2013, devido à cessação do protocolo com o Ministério da Educação, através do qual o pessoal não docente que desempenha funções no agrupamento de escolas estava sob a gestão administrativa do Município, bem como à desvinculação de 14 trabalhadores que originou uma poupança de cerca de 60.000,00 € de acordo com o Quadro a seguir apresentado.

3.º Relatório Semestral – PSF

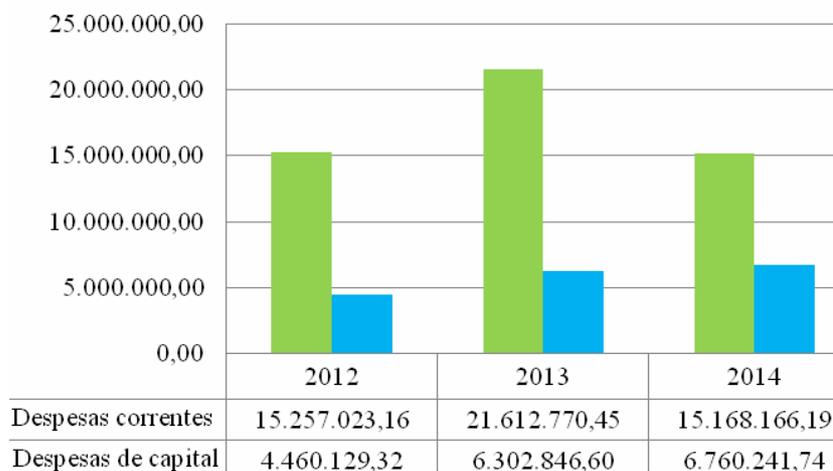
Carreira	Cessação de funções		Valor mensal vencimentos	Encargo mensal CGA	Poupança 2014
	Número	Motivo			
Assistente operacional	12	Reforma	9.333,82 €	2.017,85 €	52.803,98 €
Assistente operacional	1	Falecimento	892,53 €	211,98 €	5.522,53 €
Assistente operacional	1	Licença s/remuneração	566,42 €	134,52 €	1.401,89 €
Total	14		10.792,77 €	2.364,35 €	59.728,40 €

De salientar que a medida n.º 14 do PSF, estipula que a Autarquia deve durante o ano de 2014 alcançar uma poupança nas despesas com pessoal de 45.080,00 €, através da desvinculação de pelo menos quatro trabalhadores. Como se pode verificar esta medida foi plenamente superada.

Na redução das despesas correntes destacam-se a aquisição de bens e serviços e as transferências correntes com uma forte redução relativamente ao valor previsto.

Pela análise do gráfico apresentado verifica-se que a despesa do Município tem estabilizado, de realçar, mais uma vez que o ano de 2013 é um período atípico devido à utilização do montante dos empréstimos para saneamento financeiro (7.600.000,00 €), que, se por um lado provocou um aumento da receita, por outro originou um aumento da despesa pelo pagamento das faturas constantes da lista anexa aos contratos de empréstimo. Outro aspecto positivo a salientar prende-se com o facto de a despesa corrente apresentar uma tendência de decréscimo em detrimento da receita de capital.

Evolução da Despesa



6. Endividamento

Relativamente ao endividamento, cumpre esclarecer que a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, modificou o regime do endividamento municipal, alterando a forma de cálculo do limite de endividamento bem como o cálculo da dívida. No entanto, conforme mencionado anteriormente, o artigo 86.º da mesma Lei, determina que *para os contratos de saneamento e reequilíbrio existentes à data de entrada em vigor da presente lei, bem como para os planos de ajustamento previstos na Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, aplicam-se as disposições constantes da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, e do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 120/2012, de 19 de junho*, considerando que o PSF foi aprovado pela Assembleia Municipal e visado pelo Tribunal de Contas antes da entrada em vigor deste novo diploma legal e que as metas traçadas a nível de endividamento no estudo foram calculadas à luz do anterior regime, o cálculo de endividamento para efeitos de acompanhamento do PSF apresenta-se de acordo com a Lei n.º 2/2007.

O quadro que se segue é demonstrativo da situação do endividamento líquido e de médio e longo prazo, reportada exercício económico de 2014, considerando que ainda não se encontram concluídos os movimentos contabilísticos de fim de exercício, este cálculo de apuramento de endividamento poderá sofrer pequenas alterações, pelo que no relatório de acompanhamento do PSF de inclusão nos documentos de Prestação de Contas, será analisada a situação de endividamento da Autarquia com os dados finais a 31 de dezembro.

Apuramento da Situação de Endividamento a 31/12/2014

Designação	Montante
Total endividamento bancário curto prazo	0,00
Empréstimos de curto prazo não amortizados até 31 de Dezembro do ano em causa	0,00
Capital em dívida de médio e longo prazo	14.419.912,69

3.º Relatório Semestral – PSF

Total endividamento líquido	19.156.522,60
Contribuição AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazo	600.923,08
Contribuição AM, SM e SEL para o endividamento líquido	-295.986,42
Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazo excepcionados dos limites de endividamento	95.359,66
Dívidas à EDP 1988	0,00
Capital em dívida de médio e longo prazo a considerar	14.925.476,11
Endividamento líquido a considerar	18.765.176,52

Limites de Endividamento

Designação	Montante
Endividamento de curto prazo	1.218.779,41
Endividamento de médio e longo prazo	12.187.794,07
Endividamento Líquido	15.234.742,59

Situação Face aos Limites

Designação	Montante
Endividamento de médio e longo prazo	Excesso Margem 2.737.682,04
Endividamento Líquido	Excesso Margem 3.530.433,93

Conforme se pode verificar, o endividamento tem sofrido uma forte diminuição, relembra-se que no final do exercício de 2013, o endividamento líquido era de 20.586.208,47 €, o que representava um excesso face ao limite de 5.437.121,47 €, sendo que no final de 2014 esse valor sofreu uma queda superior a 1.900.000,00 €.

O endividamento de médio e longo prazo apresenta a mesma tendência, com uma diminuição de 1.554.462,55 € face ao limite.

O esforço da Autarquia para diminuir o endividamento torna-se bem visível pelos dados apresentados, o quadro que se segue reforça essa análise, pois permite observar que a dívida a

fornecedores e banca diminuiu durante o ano de 2014 em 2.577.481,68 € relativamente ao exercício de 2013.

Descrição	2013	2014	Variação
Fornecedores CC	7.578.891,36	6.796.689,72	-782.201,64
Fornecedores. Imobilizado	1.228.424,91	878.707,81	-349.717,10
Empréstimos	15.865.475,63	14.419.912,69	-1.445.562,94
Total	24.672.791,90	22.095.310,22	-2.577.481,68

Conclusão

A análise efetuada neste relatório, ainda que provisória pelas razões anteriormente enunciadas, é demonstrativa do esforço e empenho do Executivo Municipal na recuperação financeira da Autarquia, consubstanciada no cumprimento das medidas preconizadas no PSF, pois apesar de

existirem ainda, neste segundo ano de implementação, medidas que não foram implementadas e para as quais não se prevê qualquer exequibilidade, foram identificadas soluções alternativas como forma de não comprometer o cumprimento do PSF.

Decorridos os primeiros dois anos, verifica-se que a contratação do empréstimo bancário para saneamento financeiro aliado às fortes medidas de contenção de despesa e de aumento da receita, têm conduzido a uma significativa redução da dívida a fornecedores e outros credores.

Contudo, considerando que o PSF foi estabelecido para um horizonte temporal que apenas termina no ano de 2023, o Município não deve descurar o seu objetivo de recuperação da sustentabilidade e equilíbrio financeiro.